



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

1ª CÂMARA CRIMINAL

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL – RECIFE/PE

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 269739-4

APELANTE: ABRAÃO TAVARES DE BRITO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

EMENTA: Penal – Processual Penal – Apelação Criminal – Homicídio - (art. 121, § 2º, incisos I e IV c/c art. 29, ambos do Código Penal) - Julgamento pelo Júri - Condenação – Preliminar de nulidade do julgamento por cerceamento de defesa – Não conhecimento – Arguição por ocasião das razões de apelação – Afronta ao artigo 571, inciso VIII do Código de Processo Penal – Mérito - Arguição de decisão Manifestamente Contrária à Prova dos Autos – Improcedência – Decisão do Conselho de Sentença que encontra lastro probatório - Somente quando o veredicto é arbitrário, apresentando divergência manifesta com a prova recolhida no processo, é que cabe a renovação do julgamento. Não verificada a hipótese, é de ser rejeitada a pretensão. Condenação do júri mantida. Decisão unânime

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Crime nº 269739-4, da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, em que figura, como Apelante **Abraão Tavares de Brito** e, como Apelado, **Ministério Público Estadual**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo, tudo consoante parecer ministerial, relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 16 - 08 - 14

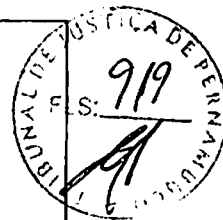
Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



1ª CÂMARA CRIMINAL

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL – RECIFE/PE

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 269739-4

APELANTE: ABRAÃO TAVARES DE BRITO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

RELATÓRIO

Adoto o relatório da sentença de fls. 147 dos autos.

Acrescento que o douto Juiz *a quo* condenou o apelante à pena de 12 (doze) anos de reclusão, determinando o regime inicial fechado para o cumprimento da pena.

Razões da apelação às fls. 871/884 e contrarrazões às fls. 886/890.

O Ministério Público opinou pelo não provimento da apelação.

À douta revisão.

Recife, 27 de agosto de 2012.

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DO RECIFE
TERCEIRA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI**

PROCESSO N.º 0098008-20.2007.8.17.0001
RÉU: ABRAÃO TAVARES DE BRITO

SENTENÇA

Vistos, etc.

I - RELATÓRIO

ABRAÃO TAVARES DE BRITO, qualificado nos autos, foi denunciado, juntamente com terceiras pessoas, como suposto infrator do artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do CPB, atribuindo-lhe participação no crime de homicídio, praticado contra Matheus Gomes Batista, mediante uso de arma de fogo, fato ocorrido em 25 de agosto de 2007, por volta das 22h00, à beira do Rio Jordão, na comunidade conhecida como Ilha sem Deus, bairro da Imbiribeira, nesta cidade.

Encerrada a instrução criminal, restou o acusado pronunciado, nos termos do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do CPB.

Hoje, submetido a julgamento neste Egrégio Tribunal do Júri, com observância das formalidades legais, devidamente interrogado, negou qualquer participação no evento delituoso.

Nos debates, o Ministério Público pugnou pela condenação, conforme pronunciado, enquanto a defesa técnica propugnou pela absolvição, alegando não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal (art. 386, V, CPP), e, subsidiariamente, a desqualificação, primeiramente quanto ao motivo torpe, por ser incomunicável ao réu, acusado de ser partícipe, enquanto a qualificadora destina-se ao mandante, e, por último, quanto à dissimulação, também por entender inaplicável ao réu no caso concreto.

É, sucinto, o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO E DISPOSITIVO

Observadas as formalidades processuais atinentes à espécie, transcorreu sem anormalidades a sessão do Col. Pretório Popular, que acatou integralmente a tese do Ministério Público, por mais de três votos, restando o réu condenado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do CPB.

Ante a soberana decisão do Colegiado Popular, resultante das respostas do questionário proposto, o qual não recebeu qualquer contestação das partes, para a individualização das sanções impostas ao réu, remissivas ao artigo 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do CPB, observando o balizamento do art. 59 do estatuto substantivo penal, passo à dosimetria da pena.

A culpabilidade restou bem patenteada, uma vez que o acusado tinha consciência da ilicitude da conduta, muito embora não tenha participado da execução do homicídio, possuía o perfeito domínio do fato, desde a manhã do dia em que a vítima fora morta.

O réu é tecnicamente primário.

Com relação à conduta da vítima, esta em nada contribuiu para o fato delituoso, a despeito de que a sua morte estaria supostamente ligada a seu



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DO RECIFE
TERCEIRA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI**

PROCESSO N.º 0098008-20.2007.8.17.0001
RÉU: ABRAÃO TAVARES DE BRITO

envolvimento num assalto que ocorrera na casa do corréu Cristhian Markus Pasketto, que não ficou devidamente esclarecido.

As conseqüências do crime se mostram, como sempre, gravosas, fazendo recrudescer cada vez mais a violência em nossa sociedade.

O crime foi praticado em local ermo, para onde a vítima foi atraída por seus algozes, com a promessa de oferecimento de drogas ilícitas, nas caladas da noite.

Por tudo que foi exposto, considerando ainda os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, fixo para o acusado **ABRAÃO TAVARES DE BRITO**, a pena base em **12 (doze) anos de reclusão, tornando-a concreta e definitiva, uma vez que fixada no piso.**

A pena ora estabelecida será cumprida em **regime inicialmente fechado (art. 33, §2º, "a", do Código Penal Brasileiro)** em estabelecimento a ser definido pelo douto Juízo das Execuções Penais, observada a detração.

Considerando a soberania do veredicto, concedo-lhe o direito do apelo em liberdade, haja vista que permaneceu solto até a presente data.

Transitada em julgado:

- a) lance-se o nome do sentenciado no rol dos culpados;
- b) anote-se no livro tombo;
- c) oficie-se à Justiça Eleitoral para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal, assim como ao Instituto Tavares Buril para as devidas anotações;
- d) havendo objetos apreendidos nos autos, tome a secretaria as providências de estilo;
- e) custas pelo Estado.

Lida em público, a portas abertas e diante do sentenciado, nesta Sala das sessões da Terceira Vara do Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca do Recife, nominada em honra ao magistrado e poeta Dr. Geraldo de Souza Valença, de onde os presentes saem intimados, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro do ano de 2011.

Registre-se e cumpra-se.

PEDRO ODILON DE ALENCAR LUZ
Juiz de Direito



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

929

1ª CÂMARA CRIMINAL

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL – RECIFE/PE

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 269739-4

APELANTE: ABRAÃO TAVARES DE BRITO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

VOTO

**PRELIMINAR DE NULIDADE DO JULGAMENTO POR CERCEAMENTO
DE DEFESA**

Alega o recorrente, inicialmente, que, por ocasião do julgamento, ocorreu cerceamento de defesa quando não foi permitida a leitura de um documento que estava nos autos.

A preliminar de nulidade não merece ser albergada, uma vez que a regra contida no art. 571, inc. VIII do Código de Processo Penal dispõe que as nulidades ocorridas no plenário devem ser arguidas logo depois de ocorrer, sob pena de preclusão, o que ocorreu no caso vertente, onde observa-se que a nulidade apontada pelo recorrente, somente tendo sido argüido por ocasião da apresentação das razões de apelo, restou atingida pela preclusão.

Nesse sentido:

Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL - JÚRI - HOMICÍDIO QUALIFICADO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - NULIDADE DO JULGAMENTO POR AUSÊNCIA DE QUESITO OBRIGATÓRIO - MATÉRIA NÃO IMPUGNADA - PRECLUSÃO - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS - INOCORRÊNCIA - RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA - QUALIFICADORA RECHAÇADA PELO CONSELHO DE SENTENÇA - RECONHECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE - REPRIMENDAS EXACERBADAS - REDUÇÃO QUE SE IMPÕE. 01. A lei penal estabelece o prazo de três dias úteis de antecedência para a juntada de documentos a serem lidos na sessão plenária do júri. Não tendo a defesa observado tal exigência, não há falar-se em cerceamento. 02. As nulidades havidas durante o julgamento em plenário devem ser arguidas tão logo aconteçam, na própria sessão de julgamento, sob pena de preclusão, nos termos do que dispõe o art. 571, VIII, parte final, do CPP. 03. Havendo o Conselho de Sentença optado por uma das versões emergidas na prova colacionada aos autos, defeso ao tribunal togado anule ou reforme a decisão popular, sob pena de violar o princípio constitucional



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

da soberania dos veredictos. 04. Se o Conselho de Sentença rechaçou a qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, impedido está o sentenciante de reconhecê-la, já que a decisão dos jurados é soberana. 05. A sanção penal, medida de exceção, deve ser, por excelência, aquela necessária e suficiente à prevenção e reprovação do injusto, eis porque, se aplicada com exagero, há que ser adequada. (TJMG; Apelação Criminal 0028389-49.2010.8.13.0699; Relator: Des. Fortuna Grion; Data do julgamento: 05/06/2012; Data publicação Súmula: 02/07/2012)

Ante o exposto, não conheço da preliminar.

MÉRITO

Conforme se sabe, o veredicto proferido pelo Júri Popular goza de soberania, por mandamento expresso da Carta Política – art. 5º, inciso XXXVIII, "c", e só deve ser afastado quando manifestamente dissonante com as provas dos autos. Contudo, não é qualquer dissonância entre o veredicto e os elementos de convicção colhidos na instrução que autoriza a cassação do julgamento, mas apenas a decisão dos jurados que não encontra nenhum apoio na prova dos autos.

Cuido não ser essa a situação dos presentes autos.

É que, *in casu*, convencido o conselho de sentença da tese sustentada pela acusação, qual seja, da participação do recorrente na prática do crime de homicídio em comento, a nulidade do julgamento, *in casu*, afrontaria a já mencionada regra constitucional, que assegura a soberania das decisões do Tribunal do Júri.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI.

CONDENAÇÃO. APELO DA DEFESA. VEREDICTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

DECISÃO DOS JURADOS QUE ENCONTRA AMPARO NAS PROVAS PRODUZIDAS NO PROCESSO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

1. Interposto recurso de apelação contra a sentença proferida pelo Tribunal do Júri sob o fundamento desta ter sido manifestamente contrária à prova dos autos, ao órgão recursal se permite apenas a realização de um juízo de constatação acerca da existência ou não de suporte probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes do Conselho de Sentença, somente se admitindo a cassação



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

do veredicto caso este seja flagrantemente desprovido de elementos mínimos de prova capazes de sustentá-lo.

2. No caso dos autos, a Corte de origem, ao negar provimento à apelação interposta pelo paciente, considerou que o veredicto encontra arrimo no conjunto probatório produzido nos autos, concluindo, por esta razão, pela manutenção do julgamento realizado pela Corte Popular.

3. O mandamus não é a via apta à realização do juízo de suficiência do conjunto probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes da Corte Popular, pois demandaria análise aprofundada do contexto fático-probatório.

4. Ordem denegada.

(HC

241.026/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 15/08/2012)

Da mesma forma, tendo o Conselho de Sentença se convencido da contribuição do apelante para o cometimento do crime, resta configurada a sua condição de partícipe na empreitada delituosa.

À vista de tais informes, não havendo que se falar em decisão manifestamente contrária as provas dos autos pelo Conselho de Sentença,
VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO.

Recife,

16-106-14

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

AP nº 269739-4 – 3ª Vara do Júri da Comarca do Recife.

Apelante(s):	Abraão Tavares de Brito
Apelado(s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Revisor:	Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto – Convocado -
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

O apelante Abraão Tavares de Brito, em suas razões recursais, argui **preliminar de nulidade processual por cerceamento do direito de defesa quando não lhe foi deferida a leitura de documento constante dos autos**, ocorrida durante a Sessão de Julgamento a que foi submetido perante o 3º Tribunal do Júri da Comarca do Recife, o que passo a analisar.

Após atenta leitura da Ata de Julgamento constante das fls. 854 a fls. 854v, em nenhum momento nela se encontra registrada a insatisfação da defesa quanto ao indeferimento da leitura do teor do documento que alude, documento que, aliás, nem mesmo nas razões de apelação vem a ser nominado, e muito menos a folha dos autos em que se encontra.

Não tendo sido observado pela defesa o disposto no art. 571, VIII, do Código de Processo Penal, preclusa ficou a matéria.

Desse modo, não conheço da aludida preliminar.

Quanto ao mérito recursal, não vislumbro como acolher as razões do apelante onde pretende a absolvição em relação ao julgamento a que foi submetido por haver sido a decisão do Conselho de Sentença do 3º Tribunal do Júri da Comarca do Recife como contrária a prova dos autos.

De início vale salientar que as decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, em razão da garantia constitucional da soberania de seus julgamentos, somente poderão ser reformadas quando comprovadamente restar haverem sido proferidas manifestamente contrárias as provas dos autos.

No caso em apreço, pretende o apelante a absolvição, por entender caracterizado o princípio *in dubio pro reo*, alegação que não pode prosperar isto porque a hipótese seria de anular o julgamento e a outro encaminhar o apelante, se a decisão fosse efetivamente contrária à prova colhida, até porque ao Tribunal não é dado modificar a decisão do Conselho de Sentença à vista da garantia constitucional da qual é revestida.

A pretensão do apelante não merece acolhimento posto que, das duas teses defendidas pelas respectivas partes, optaram os Senhores Jurados por acatar a trazida pelo Ministério Público, refutando, pois, uma das versões encontradas no conjunto probatório, não se podendo ter como contrária à prova dos autos, repito, a decisão tomada pelo Conselho de Sentença amparada em tese constante dos autos e a eles trazida por uma das partes, no caso, o Ministério Público.

Refutada, assim, pelo Tribunal do Júri, a tese absolutória por aplicação do princípio “*in dubio pro reo*” trazida pelo apelante e acolhendo os Senhores Membros do Conselho de Sentença a tese ministerial, com total apoio numa das vertentes da prova, não se pode ter como contrária à prova dos autos a decisão tomada pelo Tribunal,

933



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

AP nº 269739-4 – 3ª Vara do Júri da Comarca do Recife.

inviabilizando, assim, a absolvição perseguida, matéria que somente o próprio Tribunal poderia tomar à vista de sua soberania constitucional, o que necessariamente implica no improvimento da apelação.

Pelo exposto, negando provimento à apelação, é como voto.

Recife, 16 de Junho de 2014

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado